



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Assembleias Gerais
Ordinária e Extraordinária

30 de abril de 2025



SUMÁRIO

MENSAGEM AOS ACIONISTAS	3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	4
MANUAL DE PARTICIPAÇÃO	6
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	11
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	11
ITEM I - TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2024	11
ITEM II - DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	39
ITEM III - ELEGER MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL.....	45
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	49
ITEM I - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	49
ANEXO I – PEDIDO DE PROCURAÇÃO	72



MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de convidá-lo(a)s para participarem das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE” ou “Assembleias”) do Banco do Estado do Pará S.A. (“Banpará” ou “Companhia”) a serem realizadas, de modo presencial, conforme abaixo:

Data: 30 de abril de 2025

Horário: 10h

Local: Auditório do Edifício Matriz, 5º andar, localizado na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém (PA) - CEP 66010-000.

Nos termos da Resolução nº 81/2022 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), apresentamos a Proposta da Administração, documento necessário à realização da AGOE, com as seguintes ordens do dia:

- Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2024;
- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- Eleger membro suplente do Conselho Fiscal;
- Remuneração dos Administradores: i) revisão da Política de Remuneração dos Administradores; ii) fixar o percentual sobre o lucro líquido, na forma do que estabelece o parágrafo segundo do art. 29, do Estatuto Social; iii) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores, na forma do caput do artigo 152, da Lei nº 6.404/1976.

Contamos com a sua participação!



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
CNPJ: 04.913.711/0001-08 - NIRE: 153.0000011-4
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas do Banco do Estado do Pará S.A. a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (AGOE), que serão realizadas no dia **30 de abril de 2025**, às **10 horas**, de modo presencial, em sua sede social, no auditório do Edifício Matriz, 5º andar, localizado na Av. Presidente Vargas, nº 251, bairro Campina, Belém (PA) - CEP 66010-000, com as seguintes ordens do dia:

I. Em Assembleia Geral Ordinária:

- a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2024;
- b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- c) Eleger membro suplente do Conselho Fiscal.

II. Em Assembleia Geral Extraordinária:

- a) **Remuneração dos Administradores:** i) revisão da Política de Remuneração dos Administradores; ii) fixar o percentual sobre o lucro líquido, na forma do que estabelece o parágrafo segundo do art. 29, do Estatuto Social; iii) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores, na forma do caput do artigo 152, da Lei nº 6.404/1976.

Observações Gerais

- A Companhia esclarece que adotará para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, ora convocadas, o sistema de votação à distância por meio do Boletim de Voto.
- As Assembleias serão realizadas de modo presencial, conforme disposto no § 2º, do art. 124, da Lei nº 6.404/76.



- Os documentos pertinentes às matérias a serem apreciadas na AGOE estarão à disposição na Sede da Companhia e serão disponibilizados nos sites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e de Relação com Investidores do Banpará (<https://ri.banpara.b.br/>).
- Para participação nas Assembleias, o acionista deverá apresentar: (i) documento de identidade (RG, CNH, Carteira de identidade profissional), (ii) comprovante da qualidade de acionista da companhia, e (iii) no caso de o acionista ser representado por procurador, apresentar o comprovante de Instrumento de Mandato, com firma reconhecida, outorgado há menos de um ano, acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários relativos ao procurador, se for o caso.
- Com o objetivo de organização das Assembleias, o instrumento de procuração e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação podem, a critério do acionista, ser depositados no 3º andar da sede da Companhia, na Av. Presidente Vargas nº 251, no Núcleo de Relações com Investidores, em Belém (PA), preferencialmente até 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral.

Belém (PA), 28 de março de 2025.

GENYCE PIRES DE AMORIM

Presidente do Conselho de Administração



MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Introdução

Este Manual contém as informações necessárias sobre o funcionamento da Assembleia Geral do Banco do Estado do Pará S.A., bem como as orientações detalhadas para a participação dos acionistas, em observância às melhores práticas de Governança Corporativa e transparência das informações prestadas.

Nesse sentido, estão anexadas a este documento as matérias que serão objeto de deliberação, assim como documentos atrelados ao processo de participação no referido evento.

1. Informações sobre a Assembleia Geral

Segundo o artigo 17 do Estatuto Social, a Assembleia Geral é o órgão superior de deliberação, sendo constituída pela reunião dos acionistas, convocada pelo Conselho de Administração e nas demais formas previstas na Lei nº 6.404/76 e no próprio Estatuto do Banpará.

De acordo com a Lei nº 6.404/76, as Assembleias são divididas entre Ordinárias e Extraordinárias, diferenciando-se, sobretudo, pelas matérias que poderão ser abordadas e pela periodicidade de realização de cada uma.

As reuniões das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, conforme Edital de Convocação, deverão ser publicadas em jornal de grande circulação e nas páginas de Relações com Investidores do Banco do Estado do Pará e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as matérias a serem tratadas nesses conclaves deverão ser detalhadas na Proposta da Administração (anexada a este Manual).

Com relação a participação do acionista por meio de sistema eletrônico, o referido investidor deverá realizar credenciamento em até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, em conformidade com o previsto no art. 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/22.

No que se refere ao quórum para efetivação da reunião, observa-se o disposto no artigo 125 da Lei nº 6.404/76, o qual determina que a assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, “instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número”.



Destaca-se ainda que são disponibilizados nos sites ri.banpara.b.br (Relações com Investidores - Banpará), www.cvm.gov.br (CVM) e www.b3.com.br (B3) relatórios e os principais fatos do exercício que antecedem as assembleias, visando dar maior suporte aos acionistas.

1.1. Assembleia Geral Ordinária

A Assembleia Geral Ordinária deve ser realizada anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de seu exercício social da instituição, de acordo com o art. 132 da Lei nº 6.404/1976.

Como o exercício social do Banpará tem “duração de um ano, iniciando em 1 (um) de janeiro e terminando em 31 (trinta e um) de dezembro”, conforme artigo 69 do Estatuto Social do Banpará, a realização dessa reunião deverá ocorrer até o final de abril de cada exercício subsequente.

Nessa Assembleia deverão ser tratadas, no todo ou em parte, as temáticas constantes no próprio art. 132, incisos I, II, III e IV, da Lei nº 6.404/76.

1.2. Assembleia Geral Extraordinária

Demais assuntos de interesse da Sociedade deverão ser discutidos e deliberados em Assembleia Geral Extraordinária, que poderá ser convocada, inclusive, cumulativamente à Assembleia Geral Ordinária (nesse caso, convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, instrumentadas em ata única - art. 131, § único, da Lei nº 6.404/1976) ou em outros períodos, de acordo com a legislação pertinente e necessidade da companhia.

1.3. Participação do Acionista

Para participar da Assembleia Geral, os Acionistas devem observar o artigo 20 do Estatuto Social do Banpará, que versa sobre a suspensão de transferências de ações até 08 (oito) dias antes da realização de Assembleia Geral.

No concernente a forma de participação dos acionistas na Assembleia Geral, a legislação permite as opções dispostas a seguir:

1.3.1. Participação Presencial

O acionista deverá comparecer, no dia da reunião, no 5º andar do Edifício Sede do Banpará, localizado na Av. Presidente Vargas, nº 251, com entrada pela Rua 28 de Setembro, no município de Belém-PA, portando seu documento de identidade com foto

e o comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia. Para tanto, a administração da Companhia recomenda que o referido comprovante seja emitido com até 01 (um) dia útil de antecedência da data prevista para a realização da assembleia. Acionistas pessoas jurídicas, como sociedades comerciais, fundos de investimento e entidades de previdência complementar, deverão ser representados em conformidade com seus respectivos estatutos, contratos sociais ou regulamentos, conforme o caso, entregando os documentos comprobatórios da regularidade da representação acompanhados de ata de eleição dos administradores, se for o caso.

Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos das Assembleias, o comprovante de titularidade das ações e o instrumento de mandato podem, a critério dos acionistas, ser depositados na sede da Sociedade, preferencialmente até 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral, no seguinte endereço: Banco do Estado do Pará – A/C Núcleo de Relações com Investidores (NURIN) – Av. Presidente Vargas, nº 251, 3º andar – Campina, CEP nº 66010-000, Belém/PA ou apresentados por meio de protocolo digital no correio eletrônico ri_banpara@banparanet.com.br

1.3.2. Participação por Procuradores

Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. O procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos, devendo a procuração ter a firma do outorgante reconhecida em cartório. Com o objetivo de organização da Assembleia, o instrumento de procuração e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação podem, a critério do acionista, ser depositados no 3º andar da sede da Companhia, na Av. Presidente Vargas nº 251, no Núcleo de Relações com Investidores, em Belém (PA), preferencialmente até 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral. As informações sobre pedido de procuração, nos termos do Anexo Q da Resolução CVM nº 81/2022, encontram-se no Anexo I deste documento.

1.3.3. Participação por Boletim de Voto à Distância

Conforme previsto na Resolução CVM nº 81/22, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto nas Assembleias Gerais com o envio do Boletim de Voto

diretamente à Companhia ou aos prestadores de serviço habilitados, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos:

- a)** Via física do Boletim de Voto: disponibilizado em versão apta à impressão no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Banpará (ri.banpara.b.br) na aba: “Governança Corporativa” e “Assembleias”, devendo preencher todos os campos, com todas as páginas rubricadas e a última página assinada pelo acionista ou seu (s) representante (s) legal (is). Não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no boletim, tampouco a consularização.
- b)** Acionista pessoa física: deve enviar cópia autenticada do documento de identificação com foto e comprovante de residência atual.
- c)** Acionista pessoa jurídica: deve enviar cópias autenticadas do último estatuto social ou contrato social consolidado, bem como dos documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e do documento de identidade com foto de seu representante legal.
- d)** Acionista Fundos de Investimento: deve ser enviado o último regulamento consolidado do fundo, estatuto social e documento de identidade com foto do representante legal.

Destaca-se que os documentos produzidos no exterior devem estar acompanhados da respectiva tradução juramentada.

Todos os documentos referidos acima deverão ser encaminhados à Companhia preferencialmente no correio eletrônico ri_banpara@banparanet.com.br ou para o seguinte endereço: Banco do Estado do Pará – A/C Núcleo de Relações com Investidores (NURIN) – Av. Presidente Vargas, nº 251, 3º andar – Campina, CEP nº 66010-000, Belém/PA.

Os documentos serão recebidos em até 04 (quatro) dias antes da realização da Assembleia Geral, sob pena de desconsideração do voto.

A Companhia comunicará ao acionista acerca do recebimento e de sua aceitação, se for o caso, em tempo hábil, pelo endereço eletrônico indicado no boletim.

Os Boletins de Voto a Distância que não atenderem aos prazos e orientações dispostas serão desconsiderados.

Serão desconsiderados também, os Boletins de Voto a Distância dos acionistas que optarem por exercerem seu voto no momento da Assembleia.



2. Abuso do Direito de Voto e Conflito de Interesses

Segundo o artigo 115 da Lei nº 6.404/76, a decisão tomada em decorrência do voto do acionista que possua conflito de interesse com a Companhia é anulável, com responsabilidade pelos danos causados e obrigação de transferir para a Companhia as vantagens obtidas indevidamente. Em outros termos, o acionista deve votar no interesse da Companhia, evitando causar danos a ela ou aos outros acionistas, ou buscar vantagens indevidas que resultem em prejuízo para a Instituição ou aos outros acionistas.

De igual maneira, o acionista controlador deve usar o poder que detém com o fito de proporcionar à Companhia a realização do seu objetivo social, respondendo por danos causados por atos praticados com abuso de poder. Essa responsabilidade se estende também na relação com os demais acionistas da empresa, assim como com os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses devem lealmente respeitar e atender, conforme artigo 116, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76.



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores(as) acionistas,

Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 81/2022, a Administração da Companhia submete à apreciação de V.Sas. as seguintes propostas relativas às matérias incluídas na ordem do dia das Assembleias:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ITEM I - TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2024

Em atendimento ao artigo 10, inciso III, da Resolução CVM nº 81/2022, são apresentadas a seguir as informações que compõem o Item 2 do Formulário de Referência, com base no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ativo total do Banco alcançou o montante de R\$ 17.964.377 mil, aumento de 5,3% quando comparado com 2023 em decorrência, principalmente, do crescimento da carteira de crédito, apresentando um ROA de 2,04%.

A carteira de crédito alcançou R\$ 14.282.847 mil, incremento de 10,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Além disso, o Banco encerrou o exercício com R\$ 481.509 mil na conta de provisão acumulada para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, um acréscimo de 43,0% quando comparado a 2023. A proporção da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em relação à carteira de crédito corresponde a 3,37%.

O volume das captações totalizou R\$ 14.961.623 mil, aumento de 3,3% em relação ao ano de 2023, sendo R\$ 964.688 mil em depósito à vista, R\$ 8.907.281 mil em depósito a prazo, R\$ 2.000.968 mil em poupança, R\$ 446.524 mil em depósitos interfinanceiros, R\$ 1.342.212 em letras financeiras e R\$ 1.299.950 mil em compromissadas.

O patrimônio líquido alcançou R\$ 2.106.280 mil, aumento de 10,37% quando comparado com 2023, reflexo da incorporação do resultado ao período. O índice de retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROE) alcançou 18,04%. No comparativo com o ano anterior, o ROE teve crescimento, ocasionado pelo aumento do lucro anualizado.

b) Estrutura de capital

O montante da dívida do Banpará, compreendido pelas contas do Passivo, ficou em R\$ 15.858.097 mil em 31 de dezembro de 2024, sendo que em 2023 era de R\$ 15.155.281 mil. O Capital de Terceiros possui maior participação na composição da estrutura de Capital, 88,28%, dentro da normalidade de uma estrutura de bancos, com redução de 0,54 pontos percentuais em relação ao ano de 2023.

Estrutura de Capital – R\$ Mil	Em 31 de dezembro de			▲%	▲%
	2024	2023	2022	24/23	23/22
Capital de Terceiros	15.858.097	15.155.281	13.604.917	4,64%	11,40%
Capital Próprio	2.106.280	1.908.309	1.693.174	10,37%	12,71%
Total	17.964.377	17.063.590	15.298.091	5,28%	11,54%
% Capital Próprio	11,72%	11,18%	11,07%	4,83%	0,99%
% Capital Terceiros	88,28%	88,82%	88,93%	-0,61%	-0,12%

Em 31 de dezembro de 2024, o Patrimônio de Referência - PR encerrou com R\$ 1.917.533 mil, apresentando um aumento de 8,19% (R\$ 145.232 mil) em comparação a 31 de dezembro de 2023, impulsionado pelo resultado líquido do período. O montante da parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA, em 31 de dezembro de 2024, totalizou R\$ 12.710.944 mil, crescendo 8% (R\$ 941.060 mil) em relação a 31 de dezembro de 2023, o aumento foi em decorrência do crescimento das parcelas RWACPAD em 5,79% (R\$ 607.858 mil) e RWAOPAD em 32,31% (R\$ 384.026 mil). O índice de Basileia - IB registrado foi de 15,09%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador (10,5%), com um aumento de 0,03 p.p. em comparação a 31 de dezembro de 2023.

Descrição – R\$ Mil	Em 31 de dezembro de			▲%	▲%
	2024	2023	2022	24/23	23/22
Patrimônio de Referência - PR	1.917.533	1.772.301	1.588.645	8,19%	11,56%
Nível I	1.917.533	1.772.301	1.588.645	8,19%	11,56%
Capital Principal	1.917.533	1.772.301	1.588.645	8,19%	11,56%
Capital Complementar*	-	-	-	-	-
Nível II*	-	-	-	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	12.710.944	11.769.884	9.833.705	8,00%	19,69%
Exposição ao Risco de Crédito - RWACPAD	11.113.505	10.505.647	8.848.308	5,79%	18,73%

Exposição ao Risco de Mercado - RWAMPAD	24.923	75.747	78.923	-67,10%	-4,02%
Exposição ao Risco da Variação da Taxa de Juros Prefixadas - RWAJUR1	9.419	10.324	15.705	-8,77%	-34,26%
Exposição ao Risco da Variação da Variação Cambial - RWACAM	15.504	65.423	63.218	-76,30%	3,49%
Exposição ao Risco Operacional - RWAOPAD	1.572.516	1.188.490	906.474	32,31%	31,11%
Alocação de Capital para o IRRBB	352.935	315.394	246.012	11,90%	28,20%
Valor da Margem sobre o PR	229.949	221.069	310.094	4,02%	-28,71%
Índice de Basileia Banpará – IB**	15,09%	15,06%	16,16%	0,03p.p.	-1,10p.p.

* O Banpará não possui Capital Complementar e Capital de Nível II

** A variação para o IB foi considerada em pontos percentuais (p.p.).

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Banco do Estado do Pará (Banpará) mantém uma posição sólida em liquidez, monitorando diariamente seus fluxos de caixa para garantir a capacidade de pagamento de suas obrigações financeiras de curto prazo. A gestão da liquidez é uma prioridade e é conduzida de forma criteriosa, respeitando os indicadores internos estabelecidos pela Declaração de Apetite por Riscos (RAS), com destaque para o **Limite Mínimo de Liquidez (LML) e o Pré-acionador do Plano de Contingência (PAPCo)**.

Abaixo, pode-se observar a composição de caixa livre e suas variações para o fechamento de 2022, 2023 e 2024.

Composição Caixa Livre – R\$ Mil	Em 31 de dezembro de			▲%	▲%
	2024	2023	2022	24/23	23/22
Ativo Realizável	17.683.695	16.868.638	15.085.531	4,83%	11,82%
Disponibilidades	220.764	212.413	190.648	3,93%	11,42%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	391.524	602.621	1.725.765	-35,03%	-65,08%
Tit. e Valores Mobiliários e Instrumentos Fin. derivativos	1.721.615	1.851.201	1.551.761	-7,00%	19,30%
(-) Captações no Mercado Aberto	(1.299.950)	(1.100.173)	(378.619)	18,16%	190,58%
Caixa Livre	1.033.952	1.566.062	3.089.555	-33,98%	-49,31%
Caixa Livre / Depósitos	8,39%	12,16%	24,82%	-31,00%	-50,99%
Caixa Livre / Ativos Realizáveis	5,85%	9,28%	20,48%	-37,02%	-54,67%

Com relação as captações, no encerramento de 2024, o saldo total de depósitos atingiu **R\$ 12,32 bilhões**, refletindo a estabilidade da base de clientes e a fidelização conquistada por meio das estratégias de captação do banco. O saldo de depósitos de poupança registrou um crescimento de **12,5% em relação a 2023**, reforçando a atratividade desse produto para os clientes do Banpará. Em contrapartida,



os depósitos a prazo apresentaram uma redução de **8,9%**, comportamento que pode estar atrelado ao cenário econômico e à realocação de recursos para outras modalidades de investimento.

R\$ Mil	Em 31 de dezembro de							
	2024		2023		2022		▲ %	▲ %
	Saldo	% Dep. Total	Saldo	% Dep. Total	Saldo	% Dep. Total	24/23	23/22
Depósitos à Vista	964.688	7,83%	863.389	6,71%	1.694.744	13,61%	11,73%	-49,05%
Depósitos de Poupança	2.000.968	16,24%	1.777.554	13,81%	1.601.156	12,86%	12,57%	11,02%
Depósito a Prazo	8.907.281	72,30%	9.779.872	75,96%	9.153.017	73,52%	-8,92%	6,85%
Depósitos Interfinanceiros	446.524	3,62%	454.299	3,53%	0	-	-1,71%	-
Depósitos Totais	12.319.460	100,00%	12.875.114	100,00%	12.448.917	100,00%	-4,32%	3,42%

A estratégia de *funding* do Banpará inclui captações no mercado aberto (institucional) e junto aos clientes (varejo), assegurando fontes diversificadas de recursos para a instituição.

Por fim, o monitoramento contínuo da liquidez permite ao Banpará antecipar cenários e mitigar riscos, assegurando que seus ativos líquidos sejam suficientes para honrar os compromissos financeiros, mesmo em períodos de maior volatilidade no mercado.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O Banpará encerrou o exercício de 2024 com um saldo aproximado de R\$ 15,24 bilhões em *funding* total, seguindo a trajetória de crescimento e mantendo a tendência observada nos exercícios anteriores. Esse montante reflete a solidez da instituição na captação de recursos para sustentar suas operações e expandir a oferta de crédito.

Houve um aumento de 4,85% em relação a 2023 e de 10,94% quando se compara o 2023 com 2022. A composição das captações continua alinhada às necessidades estratégicas do banco, garantindo a diversificação das fontes de financiamento. A instituição tem priorizado instrumentos que otimizem o custo do *funding*, permitindo maior competitividade na concessão de crédito e no suporte às demandas operacionais.

O desempenho das captações em 2024 evidencia o esforço contínuo do Banpará para fortalecer sua base de *funding*, aproximando-se do público-alvo e consolidando sua presença no mercado.

Analisando-se a carteira de crédito, observa-se crescimento em todos os períodos considerados, com aumento de 110,37% em relação a 2023 e de 122,35% quando se compara o fechamento de 2023 com o término de 2022.

Os indicadores apresentados na tabela destacam a relação entre as estratégias de captação e aplicação de recursos.

Valores em R\$ (Mil)	Em 31 de dezembro de			▲%	▲%
	2024	2023	2022	24/23	23/22
Depósitos Totais	12.319.460	12.875.114	12.448.917	-4,32%	3,42%
Captação no Mercado Aberto	1.299.950	1.100.173	378.619	18,16%	190,58%
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	1.342.212	508.329	169.199	164,04%	200,43%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	279.903	52.352	105.389	434,66%	-50,33%
Funding Total	15.241.525	14.535.968	13.102.124	4,85%	10,94%
Depósito Compulsório Banco Central	338.661	277.359	244.229	22,10%	13,57%
Carteira de Crédito Líquida	13.809.745	12.608.306	10.342.217	9,53%	21,91%
Carteira de Crédito	14.282.848	12.940.912	10.576.871	10,37%	22,35%
Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	473.103	332.605	234.653	42,24%	41,74%
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais	112,10%	97,93%	83,08%	14,47%	17,87%

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que o Banco pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez estão descritas no Plano de Contingência de Liquidez, documento que define responsabilidades, estratégias e procedimentos a serem adotados, em caso de estresse de liquidez. Dentre as ações definidas no referido documento estão distribuídas por nível de severidade de eventuais crises de liquidez, quais sejam: Esforço de captação de recursos junto a clientes; Redução de despesas; Redescontos; Emissão de certificado de depósito interbancário e Letra Financeira; Emissão de depósito a prazo com garantia especial – DPGE /Linhas de Liquidez do Banco Central do Brasil; Venda parcial ou total dos ativos; Interrupção parcial da concessão de novas operações; Cessão de crédito da carteira comercial e Aporte de capital.

Para os anos de 2022, 2023 e 2024 o Banpará manteve seus estoques de ativos líquidos em níveis adequados, permanecendo acima dos limites e índices

estabelecidos para o risco de liquidez, definidos na Declaração de Appetite por Riscos, Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez e Política Institucional de Gestão Financeira.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Como parte da estratégia de gestão e otimização dos resultados, o Banpará mantém um rigoroso controle sobre seus ativos de liquidez, assegurando fontes de recursos que sustentem sua solidez financeira.

Para reforçar sua estrutura de *funding*, a instituição firmou parcerias institucionais e realizou captações estratégicas no mercado. Em 2024, destacam-se:

- R\$ 150 milhões captados via CDB Institucional, ampliando a base de *funding* com produtos de renda fixa direcionados a investidores qualificados;
- R\$ 380 milhões captados em Certificados de Depósito Interbancário (CDI), por meio de operações de reciprocidade com CDI Rural, estratégia que possibilitou a mitigação de riscos das operações e o fortalecimento da liquidez do banco.
- R\$ 50 milhões captados em Certificados de Depósito Interbancário (CDI) para o fortalecimento da base de *funding* evidenciando sua aproximação com o mercado institucional.

Essas operações reforçam a capacidade do Banpará de obter recursos com custos competitivos, garantindo maior eficiência na alocação de crédito e no suporte às necessidades financeiras de seus clientes.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O Banpará mantém uma estrutura patrimonial equilibrada, garantindo que sua relação entre capital próprio e de terceiros esteja alinhada às melhores práticas de gestão financeira. No encerramento de 2024, o saldo total de recursos provenientes de terceiros atingiu R\$ 15,86 bilhões, apresentando uma variação positiva de 4,67% em relação a 2023.

Essa dinâmica reflete a estratégia da instituição de fortalecer seu balanço, preservando sua solidez financeira e assegurando um nível confortável de alavancagem. A administração segue na diversificação das fontes de financiamento e na gestão eficiente do capital, garantindo um perfil conservador e sustentável para suas operações.

Passivo Exigível – R\$ Mil	Em 31 de dezembro de			▲ %	▲ %
	2024	2023	2022	24/23	23/22
Depósitos Totais	12.319.460	12.875.114	12.448.917	-4,32%	3,42%
Captação de Mercado Aberto	1.299.950	1.100.173	378.619	18,16%	190,58%
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	1.342.212	508.329	169.199	164,04%	200,43%
Relações Interfinanceiras	104.382	102.019	94.042	2,32%	8,48%
Relações Interdependências	3.816	18.572	20.059	-79,45%	-7,41%
Outras Obrigações	508.373	493.811	341.413	2,95%	44,64%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	279.903	52.352	105.389	434,66%	-50,33%
Capital de Terceiros Total	15.858.096	15.150.370	13.557.638	4,67%	11,75%
Patrimônio Líquido Ajustado	2.106.280	1.908.309	1.693.174	10,37%	12,70%
Passivo Total	17.964.377	17.063.590	15.298.091	5,28%	11,54%

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

No que compete ao Banpará, a ordem de precedência em um eventual concurso universal de credores, considerar-se-ia a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível, conforme determina a Lei nº 11.101/2005, art. 83.

Obrigações de acordo com a precedência - Valores em R\$ (Mil)	Em 31 de dezembro de			▲ %	▲ %
	2024	2023	2022	24/23	23/22
Obrigações Trabalhistas	117.975	110.527	91.338	6,74%	21,01%
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	54.958	49.600	40.379	10,80%	22,84%
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3.963	4.648	5.253	-14,74%	-11,52%
Credores Diversos	18.540	25.037	20.086	-26,00%	24,65%
Outras Obrigações	312.182	303.716	231.370	2,80%	31,27%
Sociais e Estatutárias	755	5.195	266	-85,50%	1853,01%
Total do Passível Exigível	508.373	498.723	388.692	1,93%	28,31%

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

O Banpará não possui restrições em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários ou alienação de controle societários.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

O Banpará atua como agente financeiro repassador de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo Geral de

Turismo (FUNGETUR) nos financiamentos de operações de crédito de médio e longo prazos. Os limites aprovados para o Banpará totalizam o equivalente a R\$250,6 milhões, sendo R\$100 milhões do BNDES e R\$150,6 milhões do FUNGETUR. Ao final de 2024, o saldo das operações de crédito realizadas com recursos de repasses representou 43,8% do limite BNDES e 80,2% do limite do FUNGETUR, totalizando 65,6% do limite total.

Saldo atualizado das carteiras:

Linha / Produto	Período	Valor de Saldo	Valor disponível na carteira	% Equivalente utilizada	Saldo Remanescente
BNDES Finame	4T2024	R\$ 43.002.426,86	R\$100.000.000,00	43,8%	R\$56.202.403,23
BNDES Automático		R\$ 795.169,91			
Total BNDES		R\$ 43.797.596,77			
FUNGETUR Capital de giro		R\$ 52.909.113,81	R\$150.622.688,05	80,2%	R\$29.826.500,95
FUNGETUR-investimento*		R\$ 40.694.863,42			
Total FUNGETUR		R\$93.603.977,23			
Total*		R\$137.401.574,00	R\$250.622.688,05	66%	R\$86.028.904,18

* A diferença de cálculo entre as colunas “valor de saldo” e “saldo de carteira” para a linha Fungetur, se deve ao fato de a linha Projeto de Investimento realizar suas liberações de forma parcelada, ou seja, há operações contratadas com saldos pendentes de liberação. (total contratado = R\$ 66.564.261,87 – Valor de saldo = R\$40.694.863,42).

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As principais variações no ativo total do Banco se concentram nas operações de créditos e nos ativos permanentes. Destaca-se, entre estes, o crescimento dos permanentes, entre os anos de 2024 e 2023, de 43,97%, reflexo dos investimentos do Banpará na expansão de sua estrutura tecnológica.

No passivo, a principal variação é observada no crescimento das captações que mantiveram os níveis de liquidez do Banco em patamares adequados frente a estratégia de expansão dos negócios. As captações cresceram em depósitos de poupança (12,57%), letras financeiras (164,04%) e compromissadas (18,16%), quando comparado com o ano anterior.



ATIVO Valores em R\$ (Mil)	Em 31 de dezembro de			▲ %	▲ %
	2024	2023	2022	24/23	23/22
Circulante e Não Circulante	17.683.695	16.868.638	15.106.806	4,83%	11,66%
Disponibilidade	220.764	212.413	190.648	3,93%	11,42%
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	391.524	602.621	1.725.765	-35,03%	-65,08%
Títulos e Valores mobiliários	1.721.615	1.851.201	1.551.761	-7,00%	19,30%
Operações de Crédito	13.612.384	12.428.527	10.166.040	9,53%	22,26%
Relações Interfinanceiras/Interdependências	783.757	897.219	715.774	-12,65%	25,35%
Outros Créditos	941.237	865.513	747.144	8,75%	15,84%
Outros Valores e Bens	12.415	11.144	9.674	11,41%	15,19%
Permanente	280.681	194.953	191.284	43,97%	1,92%
Investimentos	28	28	28	0,00%	0,00%
Imobilizado	91.906	58.916	60.723	55,99%	-2,98%
Intangível	188.747	136.008	130.533	38,78%	4,19%
Total do Ativo	17.964.376	17.063.590	15.298.091	5,28%	11,54%

PASSIVO Valores em R\$ (Mil)	2024	2023	2022	▲ %	▲ %
				24/23	23/22
Circulante e Não Circulante	15.858.096	15.155.282	13.604.917	4,64%	11,40%
Depósitos	12.319.460	12.875.114	12.448.917	-4,32%	3,42%
Depósitos à Vista	964.688	863.389	1.694.744	11,73%	-49,05%
Depósitos de Poupança	2.000.968	1.777.554	1.601.156	12,57%	11,02%
Depósitos Interfinanceiros	446.524	454.299	-	-1,71%	100,00%
Depósitos a Prazo	8.907.281	9.779.872	9.153.017	-8,92%	6,85%
Captações no Mercado Aberto	1.299.950	1.100.173	378.619	18,16%	190,58%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.342.212	508.329	169.199	164,04%	200,43%
Relações Interfinanceiras	104.382	102.019	94.042	2,32%	8,48%
Relações Interdependências	3.816	18.572	20.059	-79,45%	-7,41%
Obrigações por Empréstimos	89.796	9.577	78.857	837,62%	-87,86%
Obrigações repasses no País-Instit. Oficial	190.108	42.775	26.532	344,44%	61,22%
Outras Obrigações	508.373	498.723	388.692	1,93%	28,31%
Patrimônio Líquido	2.106.280	1.908.308	1.693.174	10,37%	12,71%
Capital Social	1.881.601	1.473.122	1.473.122	27,73%	0,00%
Reserva de Lucro	227.191	435.187	220.052	-47,79	97,77%
Ajuste ao Vlr. De Mercado	-2.512	0	0	-	-
TOTAL DO PASSIVO	17.964.376	17.063.590	15.298.091	5,28%	11,54%

2.2. Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Em 2024, o Banco do Estado do Pará (Banpará) reforçou sua posição como instituição financeira de referência no estado, alcançando cobertura total ao atuar em todos os 144 municípios paraenses. Como parte de sua estratégia de expansão, o banco inaugurou 4 novas agências em municípios distintos, totalizando 163 agências, 35 postos

de atendimento presencial, 3 Caixas Avançadas, 38 pontos de atendimento eletrônico, um marco que evidencia sua capilaridade, compromisso com a acessibilidade e a forte penetração de seus produtos e serviços no território paraense.

A Carteira Comercial destacou-se como o principal impulsionador dos resultados financeiros do banco, sendo integrada por um portfólio diversificado: Pessoa Jurídica, Consignado, Banparacard, Cheque Especial, Cartão de Crédito e outros produtos (como linhas sazonais e Antecipação do Imposto de Renda).

A principal fonte de receita da Carteira de Câmbio do Banco é o *Spread* Cambial, que representa a diferença entre as taxas de compra e venda de moedas estrangeiras. Esse *spread* é influenciado por fatores como volatilidade cambial, oferta e demanda no mercado de câmbio e políticas monetárias nacionais e internacionais. Além disso, a receita também é composta por tarifas e comissões, cujos valores estão estabelecidos na tabela de tarifas da instituição. Essas tarifas incluem, mas não se limitam a:

- Taxas por remessas internacionais;
- Emissão de documentos relativos a operações de comércio exterior;
- Tarifas sobre cartas de crédito e operações documentárias;
- Comissões sobre operações de câmbio contratado.

Outro componente relevante da receita são os juros sobre as operações de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE), sendo este último denominado “deságio” praticado nas operações.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A receita do exercício de 2024 foi impulsionada por resultados expressivos em diversas carteiras e produtos. A Carteira Comercial atingiu um saldo de R\$ 12,6 bilhões, registrando crescimento de R\$ 888,2 milhões (7,61%) em relação a 2023, com destaque para o desempenho do segmento Pessoa Jurídica, que alcançou R\$ 286,5 milhões, um incremento de R\$ 116,9 milhões (68,96%).

Na Carteira de Serviços, a receita cresceu 6,52% (ganho de R\$ 13,4 milhões), impulsionada principalmente pelo Pacote de Serviços PF, que registrou R\$ 118,1 milhões, com aumento de R\$ 11,6 milhões (10,91%). Os produtos de Captação CDB Rede, Poupança e LCI também contribuíram significativamente, somados atingiram R\$ 4,2 bilhões, um crescimento de R\$ 700,1 milhões (19,76%), com ênfase na Poupança, que alcançou R\$ 2 bilhões (alta de R\$ 223,4 milhões ou 12,57%).



A Carteira de Fomento no saldo de ativos apresentou um dos crescimentos mais notáveis de R\$ 312,5 milhões, expandindo R\$ 128,9 milhões (70,2%), graças ao produto Fungetur, que saltou de R\$ 2,2 milhões em 2023 para R\$ 93,4 milhões em 2024 (aumento de 4.315%). A Carteira Rural, com saldo de R\$ 147,2 milhões (alta de R\$ 7,2 milhões ou 5,15%).

Por fim, a Receita de Recuperação de CBP cresceu 8,83% (R\$ 4,2 milhões), reforçando o desempenho global. O crescimento generalizado em todas as áreas, aliado a resultados excepcionais, consolidou 2024 como um ano de fortalecimento financeiro e diversificação estratégica.

Em relação à Carteira de Câmbio, os resultados operacionais foram impactados por uma série de fatores macro e microeconômicos, incluindo:

- Política Monetária e Taxa de Juros:

O ciclo de alta da Taxa Selic, iniciado em setembro de 2024 em resposta à aceleração da inflação e à valorização do dólar frente ao real (26,59% de aumento ao longo do ano), teve impactos diretos sobre o fluxo de capital estrangeiro no Brasil. Com juros mais altos, houve um aumento na atratividade de investimentos em renda fixa no país, resultando em maior entrada de capitais. Entretanto, também elevou os custos do crédito para empresas e reduziu a liquidez do mercado cambial.

- Volatilidade Cambial:

As flutuações nas taxas de câmbio exigiram uma gestão de risco eficiente por parte da instituição. A incerteza política e econômica em mercados emergentes, somada às decisões do Federal Reserve sobre os juros nos Estados Unidos, gerou oscilações na cotação do dólar, afetando a previsibilidade das operações de comércio exterior.

- Impactos Ambientais:

A seca nos rios da Amazônia impactou negativamente a exportação de determinados produtos, principalmente no setor de commodities agrícolas e minerais. Com a redução do escoamento de cargas, houve menor demanda por operações de câmbio relacionadas à exportação, afetando diretamente o volume transacionado, haja vista boa parte dos clientes de câmbio serem deste segmento.

DRE Valores em R\$ (Mil)	Em 31 de dezembro de			▲%	▲%
	2024	2023	2022	24/23	23/22
Receita da intermediação financeira	3.364.544	3.002.418	2.605.566	12,06%	15,23%
Operações de Crédito	3.033.688	2.631.859	2.061.021	15,27%	27,70%
Resultado de aplic. interf. e operações TVM	268.188	317.350	498.417	-15,49%	-36,33%
Resultado de operações de câmbio	19.553	10.624	14.649	84,05%	-27,48%



Resultado das aplicações compulsórias	43.115	42.585	31.479	1,24%	35,28%
Despesa da intermediação financeira	-1.515.608	-1.416.411	-1.351.428	7,00%	4,81%
Operações de captação de mercado	-1.097.134	-1.138.460	-1.146.958	-3,63%	-0,74%
Operações de Empréstimo/Repasse	-24.595	-9.871	-13.677	149,16%	-27,83%
Provisão p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-393.879	-268.080	-190.793	46,93%	40,51%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.848.936	1.586.007	1.254.138	16,58%	26,46%
Outras Receitas (Despesas) operacionais	-1.211.585	-1.068.713	-957.226	13,37%	11,65%
Receitas de prestação de serviços	171.418	157.951	131.451	8,53%	20,16%
Receita de tarifas bancárias	53.895	53.183	47.030	1,34%	13,08%
Despesas de pessoal	-738.593	-654.193	-570.580	12,90%	14,65%
Outras despesas administrativas	-562.786	-520.000	-490.246	8,23%	6,07%
Despesas tributárias	-126.931	-107.849	-85.082	17,69%	26,76%
Outras receitas operacionais	68.960	58.005	58.353	18,89%	-0,60%
Outras despesas operacionais	-77.548	-55.810	-48.152	38,95%	15,90%
Reversões/(Despesas) de Prov.Com Ações Judiciais	-1.566	-1.846	-178	-15,17%	937,08%
Resultado Operacional	635.785	515.448	296.734	23,35%	73,71%
Outras Receitas e Despesas	-10.455	-5.226	-11.899	100,06%	-56,08%
Resultado antes da trib. s/ lucro e participações	625.330	510.222	284.835	22,56%	79,13%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-184.104	-178.707	-69.971	3,02%	155,40%
Corrente	-280.880	-228.574	-100.324	22,88%	127,84%
Diferido	96.776	49.867	30.353	94,07%	64,29%
Participação de lucro	-73.157	-50.387	-35.685	45,19%	41,20%
Empregados – Lei nº 10.101, de 19.12.2000.	-71.460	-50.054	-35.383	42,77%	41,46%
Administradores – Lei nº 6.404, de 15.12.1976	-1.697	-333	-302	409,61%	10,26%
Resultado Líquido	368.069	281.128	179.179	30,93%	56,90%

As receitas com intermediação financeira do ano de 2024 totalizaram R\$ 3.364.544 mil, aumento de 12,06% quando comparadas com as do mesmo período de 2023, ocasionada pela expansão das receitas com operações de crédito, resultante dos empréstimos, com destaque para o produto consignado, sazonais e Banparacard, bem como, o crescimento nas receitas das linhas de crédito para pessoas jurídicas.

As despesas também apresentaram crescimento proporcional ao porte econômico-financeiro e ao perfil de risco do Banpará.

As despesas com Intermediação Financeira, atingiram R\$ 1.515.608 mil em 2024, registrando um aumento de 7% em relação ao ano de 2023. Composto este resultado está Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito cujo crescimento está relacionado ao ligeiro aumento da inadimplência e sua proporcionalidade ao crescimento

da carteira de crédito, resultando em um incremento de 3 p.p. na relação receitas com operações de crédito x perda esperada associada ao risco de crédito.

O resultado da intermediação financeira apresentou aumento de 16,58% em relação ao registrado em 2023, em decorrência do aumento das receitas terem sido superiores ao crescimento das despesas.

As receitas auferidas por meio de serviços e tarifas bancárias totalizaram R\$ 225.313 mil no exercício de 2024, crescimento equivalente a 6,72% se comparado com o total de R\$ 211.134 mil alcançado no exercício de 2023.

No ano de 2024, as despesas gerais (pessoal, administrativas e tributárias) somaram R\$ 1.428.310 mil, aumento de 11,41% em comparação ao ano de 2023. As despesas com pessoal apresentaram aumento de 14,65%, em decorrência, principalmente, do reajuste salarial proveniente de acordo coletivo. As despesas administrativas apresentaram aumento de 8,23%, com destaque para as despesas com serviços de terceiros, em virtude de reajustes contratuais, despesa com transporte e despesas com Propaganda e Publicidade. As despesas tributárias apresentaram aumento de 17,69%, acompanhando o crescimento das receitas do Banco.

Em 2024, mantem-se registrados, contabilmente, créditos tributários demonstrados conforme tabela abaixo:

Créditos Tributários	31/12/2023	Constituição	Realização	31/12/2024
Diferença Temporária – Prov. p/ perdas esper. Assoc. ao risco de crédito	208.041	185.092	-93.571	299.562
Diferença Temporária - Trabalhista	17.814	9.260	-14.182	12.892
Diferença Temporária – Prov. Outros créditos	3.923	5.051	-3.797	5.177
Diferença Temporária – Prov. Licença prêmio	10.214	6.909	-5.651	11.472
Diferença Temporária – Prov. Cível	6.499	7.275	-2.543	11.231
Diferença Temporária – Desv. Cred. vinculado	-	412	-183	229
Diferença Temporária – Monetária de Mercado	-	6.472	-	6.472
Total	246.491	6.472	-	347.035

Os créditos tributários atendem aos aspectos regulamentares e apresentam efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudos e análises elaboradas pela Administração.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas totais, composta pelas receitas da intermediação financeira, receita de serviços e outras receitas operacionais, no ano de 2024 apresentaram crescimento de 12,59% em relação a 2023. Em sua composição, destaca-se o crescimento das receitas com as operações de crédito, câmbio, serviços e outras receitas.

No âmbito das estratégias comerciais de 2024, foram realizados ajustes nas taxas de consignado, com reduções aplicadas em 6 das 428 linhas ativas, abrangendo prefeituras, câmaras municipais e fundos. A medida teve como objetivo reforçar a competitividade da instituição frente ao mercado. Entre as prefeituras com maior saldo em operações de consignado, destacam-se Monte Alegre, Currealinho, Conceição do Araguaia, Oeiras do Pará e Melgaço.

No exercício de 2024, a carteira de Crédito Consignado apresentou crescimento de 7,55% no saldo quando comparado ao saldo de fechamento do ano anterior, com incremento apurado de R\$ 743,12 milhões. O aumento da margem consignável dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a partir do mês de fevereiro, bem como o cenário macroeconômico, estão entre os principais fatores que contribuíram para o resultado da carteira.

A receita acumulada da carteira Banparacard (exercício 2024) totalizou R\$ 732,80 milhões, representando um incremento de 5,19% (R\$ 36,16 milhões) quando comparado ao exercício 2023. Em relação a meta de receita, o produto superou o montante orçado (R\$ 731,3 milhões), alcançando um incremento de R\$ 1,49 milhão.

A flutuação positiva da taxa de juros de contratação derivada da renovação de contratos impactou positivamente o resultado da carteira.

Quanto ao desempenho dos demais produtos pessoa física no exercício 2024, destaca-se o resultado do produto Crédito Parcelado, que foi reformulado e finalizou o ano com saldo de R\$ 1.405.106,83 e receita de R\$ 48.787,76, representando um crescimento relevante de 295,17% e 34,13% respectivamente, quando comparado com o resultado do exercício 2023 contribuindo para a diversificação da carteira de crédito PF.

A Carteira de Serviços, composta por produtos como Pacote de Serviços PF e PJ, Seguros, Cartão de Crédito, Capitalização, Consórcio, Tarifas Bancárias e Outros, alcançou receita acumulada de R\$ 218,7 milhões no ano. Esse resultado representa um crescimento de R\$ 13,4 milhões (6,52%) em comparação a 2023, reforçando a contribuição estratégica desse segmento para o desempenho financeiro.

No segmento de câmbio, em 2024, houve um crescimento no volume processado em reais, totalizando R\$ 1,09 bilhão, um aumento de 1,08% em relação a 2023, quando foi registrado R\$ 1,08 bilhão. No entanto, o volume processado em dólares apresentou uma queda de 4,11%, atingindo USD 208,405 milhões, comparado a USD 217,330 milhões no ano anterior.

Essa redução na movimentação em moeda estrangeira está atrelada a fatores externos, como:

- Greve do IBAMA, que afetou a liberação de cargas para exportação;
- Seca nos rios da Amazônia, que impactou a logística e o escoamento de mercadorias para o mercado externo.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação tem impacto direto na taxa Selic, pois o Conselho Monetário Nacional utiliza a taxa básica de juros com o objetivo de exercer o controle inflacionário desaquecendo a economia, usando canais como o crédito mais caro para frear o consumo e a produção, e maiores retornos para incentivar investimentos, assim reduzindo a pressão sobre a alta de preços na economia.

Como consequência desse cenário houve uma redução das despesas de captação em 2024, contribuindo para a melhora do resultado da intermediação financeira do Banco.

Ainda, no que se refere aos impactos relevantes dos produtos vinculados à carteira de captação de recursos no resultado operacional e financeiro do Banco, considerando o exercício social encerrado em 31/12/2024, observa-se:

- Renda FIXA:

Foi observado como relevante o incremento na despesa de 3% na captação varejo e governo, equivalente a R\$ 12,3 milhões, fruto de um acelerado aumento de taxa de juros, principalmente a partir do segundo semestre.

Em relação aos impactos no resultado operacional não foi detectado alteração, o saldo manteve-se em média estável de R\$ 10,2 bilhões.

- Poupança e Fundos

Foi observado que ao longo do ano de 2024, houve um incremento positivo considerável em relação ao seu saldo. Identifica-se a variação percentual de 14,83% e o volume financeiro de R\$ 255 milhões ao longo do período, o que possibilitou uma fonte de *funding* estável e pouco onerosa as operações do crédito imobiliário dentre outras operações.

Em relação ao resultado financeiro, identificou-se uma despesa de depósitos de poupança proporcional ao seu incremento de saldo, receita mensal média de R\$ 254 mil referente a saques em poupança.

Já referente a distribuição dos Fundos de Investimento do Banpará o resultado financeiro girou em torno de R\$ 5,8 mil/mês.

No segmento de operações de ACC/ACE, a instituição encerrou o ano de 2024 com um estoque de USD 15,66 milhões (equivalente a R\$ 85,91 milhões), representando um crescimento de 9,04% em dólares e 22,33% em reais em relação ao ano de 2023, quando os valores registrados foram USD 14,25 milhões (ou R\$ 70,23 milhões).

Esse aumento pode ser atribuído ao incremento da oferta do produto, ampliando a disponibilidade de financiamento para exportadores, bem como a presença de taxas de juros competitivas, que tornaram o ACC/ACE uma alternativa viável para empresas que buscam antecipar receitas de exportação.

2.3. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução BCB nº 2/2020 e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 04 (R1) – Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 41 – Resultado por ação – Resolução BCB nº 2/2020; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor do Justo – Resolução CMN nº 4.924/2021.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Em 2024 não houve opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2024 não houve introdução ou alienação significativas de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2024 o Banpará não constituiu, adquiriu, ou alienou participação societária.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 2024 não ocorreram eventos ou operações não usuais.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O Banpará não divulgou, em suas Notas Explicativas, quaisquer medições não contábeis.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não foi identificado nenhum evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

a) Regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido verificado em cada balanço e apurado nos termos da Lei, serão destinados: (i) 5% (cinco por cento) para Reserva Legal, não podendo exceder o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Capital Social; (ii) até 70% (setenta por cento) para constituição de uma reserva para aumento de capital, cujo montante não excederá ao valor do capital social; (iii) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral Ordinária determinar, mediante

proposta da Diretoria Colegiada, ouvido o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social e a Política de Pagamento de Dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio do Banco do Estado do Pará S.A preveem que:

(i) A companhia poderá pagar, por proposta da Diretoria Colegiada e mediante aprovação do Conselho de Administração, dividendos à Conta de Lucro Apurado em Balanço Semestral ou Anual. Os dividendos intermediários ou intercalares deverão ser imputados na distribuição dos dividendos obrigatórios pertinentes ao resultado apurado do exercício social a que se referem.

(ii) Do lucro líquido verificado em cada balanço, serão destinados dividendo aos acionistas, a ser fixado pela Assembleia Geral Ordinária mediante proposta da Diretoria Colegiada, ouvidos o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, não podendo ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, deduzidos os valores pagos a título de juros sobre o capital próprio, a cada exercício, e, a título de dividendo máximo, 40% (quarenta por cento) do lucro líquido do exercício.

(iii) O Banpará poderá pagar, mediante proposta da Diretoria Colegiada e decisão do Conselho de Administração, Juros sobre Capital Próprio aos seus acionistas, calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido acompanhando a métrica da TJPL, que é divulgada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. Além disso, conforme artigo 205 da lei nº 6.404/76, a Companhia pagará o dividendo à pessoa que, na data do ato de declaração do dividendo, estiver inscrita como proprietária ou usufrutuária da ação. Os créditos correspondentes aos dividendos e/ ou juros sobre capital próprio serão efetuados da seguinte forma:

- Acionistas com ações depositadas na [B]3 – Brasil, Bolsa, Balcão – os valores serão creditados por intermédio das Instituições e/ou Corretoras que mantêm suas posições em custódia;
- Acionistas com conta corrente bancária cadastrada na Instituição Depositária – os valores serão creditados nas respectivas contas indicadas;
- Acionistas que não possuem conta corrente bancária cadastrada, os valores relativos aos dividendos e/ou juros sobre capital próprio serão mantidos à disposição dos

acionistas na Companhia pelo prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tais créditos forem disponibilizados, conforme art. 287 da Lei 6.404/76.

(iv) Os valores a serem pagos a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio serão informados aos acionistas, investidores e ao mercado em geral por meio de fato relevante, disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) de Relação com Investidores do Banpará (<https://ri.banpara.b.br/>), no Diário Oficial do Estado do Pará e em um jornal de grande circulação. Vale ressaltar que caberá a Diretoria Colegiada propor ao Conselho de Administração a distribuição dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio, obedecidas às disposições legais e estatutárias.

(v) Nos termos do artigo 287, inciso II, alínea “a” da Lei nº 6.404/1976 e do artigo 206, §3º, inciso III do Código Civil/2002, os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas. Decorrido esse prazo, os dividendos reverterão em benefício desta Companhia.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A política de distribuição de dividendos do Banpará segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, assim, o banco poderá pagar, por proposta da Diretoria Colegiada e mediante aprovação do Conselho de Administração, dividendos à Conta de Lucro Apurado em Balanço Semestral ou Anual.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Salvo pelo disposto na Lei das S.A., não há restrições quanto à distribuição de dividendos para o Banpará.

e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui a política intitulada “Política de Pagamento de Dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio do Banco do Estado do Pará S.A”, sendo a versão

atual aprovada pelo Conselho de Administração/Diretoria Colegiada em 31.01.2022, devidamente publicada e disponível na Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), no site institucional do Banpará (<https://www.banpara.b.br/>) e ainda, no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.banpara.b.br/>).

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iii. Contratos de construção não terminada

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os diretores declaram que em 2024 não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens considerados relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras do Banpará, não havendo, portanto, itens relevantes a serem apresentados.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b) Natureza e o propósito da operação

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Como informado no item 2.8 deste comentário, não existem itens relevantes a serem apresentados.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Expansão Estratégica e Fortalecimento do Banpará

Na perspectiva dos investimentos estratégicos o Banpará tem como diretriz a ampliação de sua capilaridade de atendimento, objetivando alcançar a presença do Banco em todos os municípios paraenses. Diante deste objetivo estratégico, o Banpará em 2024 inaugurou quatro novas unidades e consolidou a presença do Banco em 100% dos 144 municípios paraenses. Esse avanço representa não apenas a ampliação do acesso aos serviços financeiros, mas também um marco significativo para a economia regional, permitindo que mais cidadãos tenham oportunidades de crédito, investimento e desenvolvimento de negócios.

Diversificação de Portfólio e Ampliação dos Segmentos de Atuação

Em 2024 foram realizados investimentos visando a diversificação e modernização do portfólio de produtos e serviços, buscando atender às necessidades específicas de diferentes segmentos da economia e apoio a realização da COP30 em 2025, por meio da disponibilização de soluções financeiras voltadas tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, ampliando o portfólio de captação de recursos, linhas de microcrédito, inclusão financeira, turismo e sustentabilidade.

A seguir, apresenta-se uma visão geral dos principais produtos lançados, alinhados às demandas do mercado e às políticas públicas de fomento econômico:

Área de Atuação	Produto/Serviço	Descrição
Investimentos e Captação	Letra de Crédito Imobiliário – LCI	Investimento de renda fixa, de baixo risco, disponível para correntistas Pessoa Física e Jurídica. Ampliando o portfólio de captação de recursos do banco, como mais uma alternativa para diversificação de investimentos no varejo.
Sustentabilidade e Energia	Energia Solar PJ	Linha de financiamento destinada à implantação de sistemas de geração de energia fotovoltaica para clientes Pessoa Jurídica do Banpará.

Área de Atuação	Produto/Serviço	Descrição
Microcrédito e Inclusão Financeira	Microcrédito BanparáBIO	Financiamento para atividades agropecuárias em estabelecimentos rurais ou áreas comunitárias próximas, voltado para pequenos produtores rurais.
	Microcrédito Jovem Empreendedor	Linha de crédito exclusiva para jovens de 18 a 29 anos que participaram do programa de qualificação "Juventude Empreendedora", da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH).
Crédito para Empreendedores	CredCop – Sebrae e Banpará	Linha de crédito voltada para empreendedores, viabilizada pelo Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE), gerido pelo Sebrae/PA, objetivando a ampliação ao acesso a crédito para pequenos negócios, de forma mais segura.
Turismo e Desenvolvimento Econômico	FUNGETUR – Projeto de Investimento	Fundo especial de financiamento, vinculado ao Ministério do Turismo, com a finalidade de fomentar empreendimentos turísticos considerados de interesse do turismo nacional e com o devido registro no Cadastur.
Canais e Meios de Pagamento	Central Banpará	Expansão dos serviços da Central Banpará, incluindo a possibilidade de negociação de dívidas do cartão de crédito e portabilidade de retorno de salário para o banco.
	Pix Cobrança	Parceria com órgãos estaduais para viabilizar a arrecadação de pagamentos via Pix, garantindo maior agilidade, eficiência e segurança nas transações.

A diversificação dos produtos e a ampliação da presença territorial do Banpará demonstram o compromisso da instituição com a democratização do acesso bancário, a inovação e o desenvolvimento sustentável. Essas iniciativas reforçam a posição do Banco como um dos principais agentes de transformação financeira no Estado, impulsionando o crescimento econômico e promovendo maior inclusão financeira para a população paraense.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

As estratégias de captação em 2024 tiveram como objetivo reforçar a estrutura de capital e o fluxo de caixa, garantindo liquidez para os investimentos da instituição, em sua carteira de crédito e sua carteira Institucional. O banco adotou uma estratégia combinada de captações no mercado de varejo e institucional, permitindo que expandisse suas operações e investimentos.

A diversificação das fontes de *funding*, aliada ao uso equilibrado entre capital próprio e de terceiros, fortaleceu a capacidade do Banpará de financiar ativos e sustentar seu crescimento de maneira sustentável.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Segue na tabela abaixo as marcas registradas, bem como a sua vigência:

MARCAS REGISTRADAS	CODIGO DE REGISTRO INPI	VIGÊNCIA
Banpará	901.254.134	11/01/2031
Bio	901.254.100	13/09/2031
Cont@net	904.681.882	31/03/2025
Banparanet	830.294.473	13/03/2032
Poupança Banpará	829.662.662	29/12/2029
Banpará Vai a Praia	829.603.140	22/12/2029
BCard	907.348.165	20/02/2028
Holograma Muiraquitã	907.348.122	13/09/2026
Banpará Empodera	918.948.878	08/09/2030
Biolnovatech Banpará	924.039.884	10/10/2032

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

As pesquisas sobre os novos produtos e serviços alinhados aos objetivos da COP 30 estão em curso em todas as unidades do Banco do Estado do Pará. O foco

principal é avaliar a receptividade, eficácia e impacto dos seguintes projetos e produtos: Mercado de Carbono, FUNGETUR, Microcrédito Banparábio, Pecuária Verde e Aquisição de Veículos Sustentáveis, além de conhecer o entendimento dos clientes internos sobre o banco digital. O objetivo geral dessas pesquisas é coletar *feedback* valioso dos funcionários, clientes e parceiros, a fim de fornecer *insights* para o aprimoramento contínuo dos produtos e serviços, garantindo que estejam alinhados com os objetivos estratégicos do banco e as metas da COP 30.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Todas as pesquisas de mercado realizadas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, até o momento, não geraram custos para o Banco.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há divulgação de projetos em fase inicial. No modelo atual, o processo de divulgação de *Marketing* Interno e Externo inicia próximo ao lançamento/implantação do projeto.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O montante de gasto com o desenvolvimento dos projetos estratégicos entregues em 2024 foi de R\$ 464.839,43 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e três centavos).

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

- Otimização do gerenciamento de indicadores de sustentabilidade por meio de solução sistêmica (em processo de contratação).
- Implementação do Plano de comunicação de riscos e responsabilidade socioambiental e climática.
- Realização de inventário de emissões de gases de efeito estufa, a fim de contabilizar adequadamente as emissões, avaliar o desempenho dos investimentos em equipamentos, tecnologias e processos de baixa emissão, bem como identificar as soluções para eficiência energética.

- Estruturação e execução de modelo para diversificação de matriz energética (energia fotovoltaica) para todas as unidades do Banpará: o projeto para diversificação de matriz energética está em execução pela área gestora, por meio do processo para uso de energia fotovoltaica para todas as unidades do Banpará, em fase licitatória.
- Inclusão no Planejamento Estratégico de meta para redução de emissões de GEE (que depende da ação anterior para mudança da matriz energética).
- Metas voltadas a gestão de resíduos:
- Credenciamento de cooperativas de coleta seletiva;
- Credenciamento empresas certificadas para coleta de resíduos eletrônicos e de TI: ação permanece em andamento.
- Redução no consumo de papel: projeto em estudo voltado para o uso de assinatura digital nas agências.
- Criação de nova área gestora para o financiamento climático e com responsabilidade de geração de renda e potencialização da socio-bioeconomia.
- Atuação do GT da COP30 – grupo de trabalho com o objetivo de propor procedimentos estratégicos necessários ao Banco na preparação para a COP30.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Em um cenário desafiador ao longo de 2024, marcado por uma política monetária restritiva e maior seletividade na concessão de crédito, o Banpará se destacou pela eficiência da sua tesouraria na gestão da liquidez e na diversificação de suas operações estratégicas. Quatro pilares foram fundamentais para impulsionar o desempenho operacional da instituição:

1. Aplicações em CDI Rural – O banco aproveitou condições favoráveis do mercado para realizar aplicações estratégicas nessa modalidade, atingindo um volume superior a **R\$ 380 milhões em 2024**, reforçando sua rentabilidade e garantindo retornos atrativos.

2. Captação via CDI – A instituição ampliou sua base de *funding* por meio de captações junto a parceiros institucionais, tanto por **reciprocidade**, quanto de forma **autônoma**, fortalecendo sua estrutura de liquidez e garantindo maior flexibilidade no financiamento das operações de crédito.

3. FIDC – Expansão e Diversificação do Portfólio – O Banpará ampliou a diversificação de seus ativos ao investir no **ROVER FIDC**, um fundo estruturado de recebíveis comerciais lastreados em transações de cartões de crédito. Com rentabilidade alvo de **130% do CDI**, a aplicação em **cotas seniores** proporciona um retorno atrativo com risco controlado.

4. Performance dos Títulos Públicos (LFT) – O portfólio de Títulos Públicos Federais - **TPF**, composto majoritariamente por Letras Financeiras do Tesouro - **LFTs**, apresentou boa performance em 2024, encerrando o ano com rentabilidade de **101,06% do CDI**. O resultado reforça a estratégia eficiente da tesouraria, garantindo liquidez, segurança e retornos consistentes.

A atuação estratégica nessas frentes demonstra a capacidade do Banpará de otimizar suas fontes de financiamento, mitigar riscos e sustentar sua solidez financeira, mesmo diante de um ambiente econômico desafiador.

Já as iniciativas de digitalização e o lançamento de novos produtos em 2024, como Energia Solar PJ, Letra de Crédito Imobiliária, CREDCOP – FAMPE, FUNGETUR – Linha Projetos de Investimento e Pix Cobrança, tiveram impacto significativo no desempenho operacional, financeiro e socioeconômico. Esses projetos ampliaram a base de clientes, otimizaram processos internos e garantiram um portfólio de produtos e serviços mais aderente ao mercado. Além disso, reforçaram o compromisso do banco com a sustentabilidade e a inovação, contribuindo para maior eficiência operacional e melhoria na experiência do cliente.

Em relação ao fomento, a preparação para a COP30 impulsionou o desempenho operacional do Banpará, fortalecendo sua atuação no financiamento de setores estratégicos como turismo, infraestrutura e energia limpa. As linhas de crédito Banparábio, Credturismo, Energia Solar, FUNGETUR, CredCop e Credtemporada cresceram significativamente, elevando a carteira nesse segmento. Em 2024, houve crescimento de contratações dos produtos com recursos de repasses do FUNGETUR, principalmente em função dos investimentos em obras de infraestrutura que antecedem o evento.

Além disso, o banco implementou medidas sustentáveis, como digitalização de processos, redução de descartáveis e economia de recursos, otimizando custos operacionais. O engajamento na COP 30 reforçou a imagem do Banpará como referência em sustentabilidade e desenvolvimento regional, contribuindo diretamente para seus resultados financeiros em 2024.



No exercício, refinou-se a metodologia de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Banco, com a consolidação de uma ferramenta de avaliação de riscos sociais, ambientais e climáticos. As informações obtidas permitem ao Banpará a adoção de medidas proativas para reduzir riscos e promover práticas mais sustentáveis e éticas na cadeia de fornecimento.

Foi realizado ainda o mapeamento de riscos sociais, ambientais e climáticos inerentes de 50 processos do Banco e o monitoramento de indicadores relacionados ao risco de imagem e reputação.

Além disso, foram realizados ajustes no sistema de gerenciamento de risco (GRC) visando a adequação da ferramenta para o monitoramento e tratamento da base de perdas operacionais e socioambientais.

Outro marco importante foi a contratação de verificação externa tanto para o relatório de Sustentabilidade, quanto para o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, o que contribuiu para garantir a idoneidade e conformidade das informações relatadas.

ITEM II - DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Em atendimento ao Art. 10º, parágrafo único, inciso II da Resolução CVM nº 81/2022 (Anexo A), são apresentadas as informações sobre a destinação do lucro líquido, com base no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1. Informar o lucro líquido do exercício

Sobre essas Demonstrações Financeiras, o Banpará, no acumulado referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024, alcançou o Lucro Líquido de R\$ 368.068.562,89 (trezentos e sessenta e oito milhões, sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos), equivalente a R\$ 38,65 (trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos), por ação.

Esse resultado foi revisado e aprovado pela Auditoria Independente, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, sendo publicado em 07/03/2025.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarado

A distribuição de dividendos aos acionistas perfaz um valor de R\$ 141.218.233,30 (cento e quarenta e um milhões, duzentos e dezoito mil, duzentos e trinta e três reais e trinta centavos), equivalente a R\$ 14,83 bruto por ação, totalmente pagos através de Juros Sobre Capital Próprio, aprovados pelo Conselho de Administração conforme datas abaixo:

- ARCA nº 22/2024 – Extraordinária – 26.06.2024;
- ARCA nº 31/2024 – Extraordinária – 29.08.2024;
- ARCA nº 36/2024 – Reunião Ordinária – 23.10.2024; e
- ARCA nº 042/2024 – Reunião Extraordinária – 05.12.2024

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Do lucro líquido do exercício, 5% foram destinados a reserva legal. Do lucro líquido após a constituição da reserva legal, 40,39% foram destinados para pagamento de dividendos e 59,61% para a constituição da reserva estatutária.



4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não há distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não há resíduos para pagamentos referentes ao exercício de 2024.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não há resíduos para pagamentos referentes ao exercício de 2024.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização de juros sobre os Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não há resíduos para pagamentos referentes ao exercício de 2024.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Juros Sobre o Capital Próprio do 1º, 2º, 3º e 4º trimestres, no montante de R\$ 141.218.233,30 (cento e quarenta e um milhões, duzentos e dezoito mil, duzentos e trinta e três reais e trinta centavos), pagos em julho, setembro, novembro e dezembro de 2024, conforme tabela no item b.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos



Descrição	Período	Valor bruto por ação (R\$)	Posição acionária	Data do pagamento
Juros sobre Capital Próprio	1º Trimestre	3,194815	01/07/2024	17/07/2024
Juros sobre Capital Próprio	2º Trimestre	3,800818	03/09/2024	19/09/2024
Juros sobre Capital Próprio	3º Trimestre	3,746483	28/10/2024	13/11/2024
Juros sobre Capital Próprio	4º Trimestre	4,089163	10/12/2024	27/12/2024

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Lucro Líquido do Exercício	2024	2023	2022
Resultado Líquido	368.069	281.128	179.179

2024: R\$ 368.069 mil (R\$ 38,65 por ação)

2023: R\$ 281.128 mil (R\$ 29,53 por ação)

2022: R\$ 179.179 mil (R\$ 18,82 por ação)

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Todas as ações de emissão do Banco são Ordinária Escritural com direito a voto. A seguir, apresentamos a tabela comparativa dos 03 (três) últimos anos:

Descrição das Destinações (R\$)	2024	2023	2022
a) Lucro Líquido do Exercício	38,65	29,53	18,82
b) Dividendos	14,69	9,81	8,69
c) Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)	14,83	6,50	8,69
d) Dividendos deduzidos do JSCP	-0,14	3,32	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado a reserva legal

O montante a ser destinado para a composição da reserva legal é de R\$ 18.403.428,14 (dezoito milhões, quatrocentos e três mil, quatrocentos e vinte e oito reais e catorze centavos).

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal



De acordo com o estabelecido no artigo 72, inciso I do Estatuto Social, do lucro líquido apurado, 5% (cinco por cento) é destinado a reserva legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia não emite ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

De acordo com o estabelecido no inciso II do artigo 72 do Estatuto Social, do lucro líquido verificado em cada balanço, serão destinados dividendos aos acionistas, a ser fixado pela Assembleia Geral Ordinária, mediante proposta da Diretoria Colegiada, ouvidos o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, dividendo esse que não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. Sobre os dividendos atribuídos, na forma do Inciso II, serão deduzidos os valores pagos a título de juros sobre o capital próprio, a cada exercício.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado a reserva

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

c) Explicar por que a perda foi considerada provável

d) Justificar a constituição da reserva

O Estatuto não prevê destinação de resultado para reserva de contingência.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

O Estatuto não prevê destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

De acordo com o estabelecido no artigo 72 do Estatuto Social, do lucro líquido verificado em cada balanço, serão destinados 5% (cinco por cento) para Reserva Legal, não podendo exceder o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Capital Social e até 70% (setenta por cento) para constituição de uma reserva para aumento de capital, cujo montante não excederá ao valor do capital social.

b) Identificar o montante destinado a reserva

Do lucro líquido apurado no exercício 2024, R\$ 209.799.080,85 (duzentos e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil, oitenta reais e oitenta e cinco centavos).

c) Descrever como o montante foi calculado

59,61% sobre o lucro líquido do exercício, após a dedução da reserva legal.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital



a) Identificar o montante da retenção

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado a reserva

b) Explicar a natureza da destinação

O Estatuto não prevê destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

ITEM III - ELEGER MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao disposto no inciso I, do Art. 11 da Resolução CVM nº 81/2022, apresentamos, a seguir, as informações relativas ao candidato a membro suplente do Conselho Fiscal, conforme os Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência. A eleição será deliberada na AGOE, a ser realizada em 30/04/2025.

Não é possível estimar a data da posse do candidato que será eleito, já que essa eleição está sujeita à homologação do Banco Central do Brasil.

7. Assembleia geral e administração

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banpará, com os poderes e deveres previstos nas Leis nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016, bem como em outros normativos e regulamentos aplicáveis, funcionará de modo permanente e será constituído por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitidas até duas reconduções consecutivas.

Podem ser eleitos como membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa.

Desse modo, será submetido a eleição 1 (um) membro suplente para compor o Conselho Fiscal.

A indicada a membro suplente do Conselho Fiscal foi avaliada pelo Comitê de Elegibilidade Estatutário do Banpará, que, em sua análise, considerou o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações, na forma da legislação aplicável, do Estatuto Social e da Política de Indicação e Sucessão do Banco do Estado do Pará S.A., manifestando-se favorável sobre a elegibilidade da Sra. LEILA MARA LOPES BARATA, como membro suplente do Conselheiro Fiscal Titular Sr. René de Oliveira e Sousa Júnior. Segue abaixo maiores informações do membro indicado:

a. Nome: LEILA MARA LOPES BARATA
c. Profissão: Contadora
d. CPF ou número do passaporte: 429.970.542-49
e. Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. Data de eleição: Conforme eleição a ser realizada na AGOE 2025
g. Data da posse: A depender de ato homologatório emitido pelo Bacen
h. Prazo do mandato: Até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2026
i. Se foi eleito pelo controlador ou não: Sim, eleito pelo Acionista Controlador
j. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: Não é independente
k. Caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos: Não se aplica
l. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: <ul style="list-style-type: none">• Secretaria de Educação do Estado do Pará – Seduc<ul style="list-style-type: none">○ Cargo: Analista de Gestão Governamental e Política Educacional
m. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
i - Condenação criminal: Não sofreu condenações criminais
ii - Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas: Não sofreu condenações em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
iii- Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não sofreu condenações judiciais ou administrativas

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Não há existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre administradores do emissor.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Não há existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Não há existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Não há existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:

O Banpará não possui empresas controladas.



b. controlador direto ou indireto do emissor:

i. Conselho Fiscal:

Identificação	Leila Mara Lopes Barata
CPF	429.970.542-49
Cargo/Função no Emissor	Membro Suplente do Conselho Fiscal
Pessoa Relacionada Cargo/Função	Analista de Gestão Governamental e Política Educacional – Secretaria de Educação do Estado do Pará
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto
Exercício Social	2022/2023/2024

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não há relação relevante.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Em atendimento ao Art. 13º, incisos I e II, da Resolução CVM nº 81/2022, são apresentadas a seguir as informações que compõem o Item 8 do Formulário de Referência - Anexo C da Resolução CVM nº 80/2022, com base no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

ITEM I - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8. Remuneração dos Administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração dos Administradores tem por objetivo tratar das normas, diretrizes e forma de pagamento de remuneração fixa e variável aos Diretores Estatutários e aos membros do Conselho de Administração do Banco do Estado do Pará S/A – Banpará, promovendo análise e pesquisa de mercado para aplicação de remuneração compatível com a estratégia global de gestão de riscos, de modo a não incentivar a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes a curto, médio e longo prazo, de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921, de 25 de novembro de 2010, a qual dispõe sobre a remuneração de administradores de instituições financeiras.

No que tange ao objetivo específico, o documento visa estabelecer as seguintes diretrizes e práticas institucionais:

- a) Fixação da remuneração dos administradores em consonância com a Resolução nº 3.921/2010-CMN;
- b) Estabelecer, com periodicidade anual, a revisão da política de remuneração dos administradores;
- c) Alinhar a política de remuneração ao gerenciamento da gestão de riscos;
- d) Adequar a política de remuneração às melhores práticas de mercado;

e) Compatibilizar a política de remuneração com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição.

A Política de remuneração do Banco para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, Diretores e membros do Conselho Fiscal, é fixada em Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**
- ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**
- iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

Compete ao Comitê de Remuneração dos Administradores, elaborar e revisar a Política Institucional de Remuneração dos Administradores do Banpará, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;

Cabe ao Conselho de Administração, supervisionar o planejamento, a operacionalização, o controle e a revisão, além de aprovar a Política Institucional de Remuneração dos Administradores do Banpará, tendo em vista os componentes da remuneração dos Administradores, considerando o montante global aprovado em Assembleia Geral.

Anualmente, é realizada a revisão da política, considerando análise e pesquisa de mercado para aplicação de remuneração compatível com a estratégia global de gestão de riscos, de modo a não incentivar a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes a curto, médio e longo prazo, de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921, de 25 de novembro de 2010, a qual dispõe sobre a remuneração de administradores de instituições financeiras.

Maiores detalhes sobre metodologia e respectivos critérios para fixação da remuneração estão delineados no item C abaixo.

c) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

• Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor.

A remuneração visa a recompensa pelo exercício das responsabilidades previstas nas atribuições de cada membro, de forma justa e compatível com o mercado local.

- **Conselho de Administração:** a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi fixada em Assembleia Geral em 30% (trinta por cento) do valor da remuneração bruta paga ao Diretor-Presidente;

- **Conselho Fiscal:** a remuneração dos membros do Conselho Fiscal foi fixada em Assembleia Geral em 30% (trinta por cento) do valor da remuneração bruta paga ao Diretor-Presidente;

- **Diretoria Colegiada (Diretor-Presidente e Diretores)** recebem remuneração composta das seguintes parcelas:

a) Honorários: remuneração mensal fixa. Bônus Anual: remuneração equivalente a um honorário mensal.

b) Remuneração Variável: remuneração composta por Participação nos Lucros e Bônus por Desempenho, visando reconhecer a performance dos membros da Diretoria Colegiada no atingimento dos resultados do Banco, tendo em vista os indicadores vinculados ao Planejamento Estratégico.

c) Benefícios: parte da remuneração que visa à qualidade de vida dos Administradores, incluindo alimentação, assistência saúde e seguro de vida.

- **Comitê de Auditoria:** a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria foi fixada em reunião do Conselho de Administração em 30% (trinta por cento) do valor da remuneração bruta paga ao Diretor-Presidente;

- **Comitê de Riscos:** a remuneração dos membros do Comitê de Riscos foi fixada em reunião do Conselho de Administração em 30% (trinta por cento) do valor da remuneração bruta paga ao Diretor-Presidente;

- **Comitês de Remuneração e Elegibilidade:** os integrantes dos comitês de Remuneração e Elegibilidade não recebem remuneração pela atividade desempenhada.

- **Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais:**

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, a proporção de cada elemento na remuneração total foi:

2022 Honorários: 76,21% Bônus Anual: 8,07% Participação nos lucros (PLR): 15,72%

2023 Honorários: 62,85% Bônus Anual: 11,58% Remuneração Variável: 25,57%

2024 Honorários: 72,76% Bônus Anual: 5,08% Remuneração Variável: 22,15%

- **Sua metodologia de cálculo e de reajuste**

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

No Banpará, a remuneração fixa é estipulada de forma única a todos os integrantes da administração de acordo com o cargo exercido, conforme detalhado acima, não havendo definição de indicadores de desempenho na determinação dos elementos da remuneração.

É relevante destacar, outrossim, que a remuneração fixa (honorários) da Diretoria Colegiada está atrelada aos vencimentos de Secretário de Estado, sofrendo reajuste somente por ocasião da alteração do paradigma.

A remuneração variável, por sua vez, é atribuída somente à Diretoria Colegiada e é composta de Participação nos Lucros – PL e Bônus por Desempenho - BD, considerando, pois, o desempenho do Administrador aferido na avaliação de desempenho (cumprimento de indicadores), a serem avaliados pelo Conselho de Administração do Banpará, assim como o desempenho da unidade de negócio, bem como da instituição como um todo, respectivamente.

A remuneração variável que é definida conforme os parâmetros abaixo:

- **PL** = percentual a ser pago sobre o lucro líquido que varia de acordo com faixas de resultados do banco estabelecidos na metodologia remuneração que tomam por base o Lucro Líquido projetado pelo Planejamento Estratégico.
- **BD** = corresponde a um percentual sobre o Lucro Líquido que sofre variação a partir dos percentuais alcançados na avaliação de desempenho dos Administradores.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração dos administradores do Banpará é composta pela remuneração fixa, remuneração variável e benefícios, definidos na Política de Remuneração e

aprovada pelo Conselho de Administração. As razões que justificam a composição da remuneração dos administradores estão fundamentadas nos valores praticados no mercado, no escopo de responsabilidade dos administradores, no tempo dedicado as suas funções, na competência e na reputação profissional, nas boas práticas de governança corporativa e no gerenciamento de riscos, observando os limites fixados pela Lei nº 6.404/76.

iii. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os integrantes dos comitês de Remuneração e Elegibilidade não recebem remuneração pela função desempenhada.

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não aplicável, o Banpará não possui empresas subsidiárias ou controladas e o acionista controlador não responde pelos honorários dos administradores.

e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício Social: 31/12/2025 (PREVISÃO)				
Órgão da Administração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros	8	3	6	17
Nº de Membros Remunerados	8	3	6	17
Remuneração Fixa Anual	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Salário ou Pró-Labore	R\$ 589.765,21	R\$ 295.155,65	R\$ 2.230.922,93	R\$ 3.115.843,79
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	N/A	R\$ 287.871,46	R\$ 287.871,46
Participação em Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros*	R\$172.376,47	R\$46.251,70	R\$1.034.268,23	R\$1.252.896,40
* Descrição de outras remunerações fixas	Valor referente a encargos incidentes sobre a remuneração.	Valor referente a encargos incidentes sobre a remuneração.	Valor referente a encargos incidentes sobre a remuneração e outras remunerações variadas.	
Remuneração Variável	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Bônus	N/A	N/A	R\$ 365.000,00	R\$ 365.000,00
Participação de Resultados	N/A	N/A	R\$1.095.000,00	R\$1.095.000,00
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros*	N/A	N/A	N/A	N/A
* Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros Benefícios de Remuneração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Pós-emprego	N/A	N/A	R\$12.103,36	R\$12.103,36
Cessação do Cargo	N/A	N/A	R\$872.036,50	R\$872.036,50
Baseada em ações (incluindo opções)	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Total da Remuneração do Órgão	R\$762.141,68	R\$341.407,35	R\$5.897.202,48	R\$7.000.751,51
Observação	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, de acordo com o OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP.			
Nota: Os valores de remuneração foram calculados conforme os parâmetros estabelecidos pelo OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP e de acordo com a proporcionalidade do período de mandato de cada membro.				
Nota 2: previsão para o exercício considerando o valor do LL orçado para 2025. O valor poderá oscilar para mais ou para menos, a depender do LL realizado.				

Exercício Social: 31/12/2024				
Órgão da Administração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros	8	3	6	17
Nº de Membros Remunerados	8	3	6	17
Remuneração Fixa Anual	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Salário ou Pró-Labore	R\$541.069,00	R\$270.785,00	R\$2.046.718,28	R\$2.858.572,28
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	N/A	R\$264.102,26	R\$264.102,26
Participação em Comitês	N/A	N/A	R\$	R\$
Outros*	R\$158.143,55	R\$42.432,75	R\$948.869,94	R\$1.149.446,24
* Descrição de outras remunerações fixas	Valor referente a encargos incidentes sobre a remuneração.	Valor referente a encargos incidentes sobre a remuneração.	Valor referente a encargos incidentes sobre a remuneração e outras remunerações variadas.	
Remuneração Variável	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Bônus	N/A	N/A	R\$199.605,16	R\$199.605,16
Participação de Resultados	N/A	N/A	R\$870.341,23	R\$870.341,23
Participação em reuniões	N/A	N/A	R\$	R\$
Comissões	N/A	N/A	R\$	R\$
Outros*	N/A	N/A	R\$	R\$
* Descrição de outras remunerações variáveis				
Outros Benefícios de Remuneração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Pós-emprego	N/A	N/A	R\$ 11.104,00	R\$ 11.104,00
Cessação do Cargo Baseada em ações (incluindo opções)			R\$800.033,49	R\$800.033,49
Valor Total da Remuneração do Órgão	R\$699.212,55	R\$313.217,75	R\$5.140.774,36	R\$6.153.204,66
Observação	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, de acordo com o OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP.			
Nota: Os valores de remuneração foram calculados conforme os parâmetros estabelecidos pelo OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP e de acordo com a proporcionalidade do período de mandato de cada membro.				

**Exercício Social: 31/12/2023**

Órgão da Administração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros	8	3	6	17
Nº de Membros Remunerados	8	3	6	17
Remuneração Fixa Anual	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Salário ou Pró-Labore	R\$ 577.863,95	R\$233.099,44	R\$1.803.300,47	R\$2.614.263,86
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	N/A	R\$243.346,65	R\$243.346,65
Participação em Comitês	N/A	N/A	R\$	R\$
Outros*	R\$130.019,39	R\$52.447,37	R\$1.498.600,08	R\$1.681.066,84
* Descrição de outras remunerações fixas	Valor referente a encargos incidentes sobre a remuneração.	Valor referente a encargos incidentes sobre a remuneração.	Valor referente a encargos incidentes sobre a remuneração e outras remunerações variadas.	
Remuneração Variável	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Bônus	N/A	N/A	R\$ 147.829,72	R\$ 147.829,72
Participação de Resultados	N/A	N/A	R\$585.879,72	R\$ 585.879,72
Participação em reuniões	N/A	N/A	R\$	R\$
Comissões	N/A	N/A	R\$	R\$
Outros*	N/A	N/A	R\$332.408,78	R\$ 332.408,78
* Descrição de outras remunerações variáveis	Outras variadas	Outras variadas	Outras variadas	
Outros Benefícios de Remuneração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Pós-emprego	N/A	N/A	R\$	R\$
Cessação do Cargo	N/A	N/A	R\$1.963.777,22	R\$1.963.777,22
Baseada em ações (incluindo opções)	N/A	N/A	R\$	R\$
Valor Total da Remuneração do Órgão	R\$707.883,34	R\$285.546,81	R\$6.575.142,64	R\$7.568.572,79
Observação	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, de acordo com o OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP.			
Nota: Os valores de remuneração foram calculados conforme os parâmetros estabelecidos pelo OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP e de acordo com a proporcionalidade do período de mandato de cada membro.				

Exercício Social: 31/12/2022

Órgão da Administração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros	8	3	6	17
Nº de Membros Remunerados	8	3	6	17
Remuneração Fixa Anual	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Salário ou Pró-Labore	R\$ 424.020,84	R\$ 194.576,06	R\$ 1.627.992,00	R\$ 2.246.588,90
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	N/A	R\$ 4.699,83	R\$ 4.699,83
Participação em Comitês	N/A	N/A	R\$	
Outros*	R\$ 95.404,69	R\$ 43.779,61	R\$ 1.155.232,64	R\$ 1.294.416,94
* Descrição de outras remunerações fixas	Valor referente a encargos incidentes sobre a remuneração.	Valor referente a encargos incidentes sobre a remuneração.	Valor referente a encargos incidentes sobre a remuneração e outras remunerações variadas.	
Remuneração Variável	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Bônus	N/A	N/A	R\$	
Participação de Resultados	N/A	N/A	R\$ 290.654,62	R\$ 290.654,62
Participação em reuniões	N/A	N/A	R\$	
Comissões	N/A	N/A	R\$	
Outros*	N/A	N/A	R\$ 270.153,08	R\$ 270.153,08
* Descrição de outras remunerações variáveis	Outras variadas	Outras variadas	Outras variadas	
Outros Benefícios de Remuneração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Pós-emprego	N/A	N/A	R\$	
Cessação do Cargo	N/A	N/A	R\$ 1.257.344,84	R\$ 1.257.344,84
Baseada em ações (incluindo opções)	N/A	N/A	R\$	
Valor Total da Remuneração do Órgão	R\$ 519.425,53	R\$ 238.355,67	R\$ 4.606.077,01	R\$ 5.363.858,21
Observação	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, de acordo com o OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP.			

Nota: Os valores de remuneração foram calculados conforme os parâmetros estabelecidos pelo OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP e de acordo com a proporcionalidade do período de mandato de cada membro.

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Exercício Social: 31/12/2025 (PREVISÃO)				
Órgão da Administração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros	8	3	6	17
Nº de Membros Remunerados	8	3	6	17
*Esclarecimentos				
Em relação ao Bônus	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Valor Mínimo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Máximo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	R\$60.833,33	R\$ 60.833,33
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas não fossem atingidas	N/A	N/A	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social selecionado	N/A	N/A	R\$ 60.833,33	R\$ 60.833,33
Em relação à participação no resultado	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Valor Mínimo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	R\$365.000,00	R\$365.000,00
Valor Máximo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	R\$ 1.095.000,00	R\$ 1.095.000,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas não fossem atingidas	N/A	N/A	R\$ 365.000,00	R\$365.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social selecionado	N/A	N/A	R\$ 1.095.000,00	R\$1.095.000,00
Nota: a Instituição adota, para pagamento do Bônus por desempenho, as faixas entre 60% a 100% do atingimento das metas, como condição para a aquisição do direito. Se as metas não forem batidas, no mínimo em 60%, não haverá BD.				

**Exercício Social: 31/12/2024**

Órgão da Administração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros	8	3	6	17
Nº de Membros Remunerados	8	3	6	17
*Esclarecimentos				
Em relação ao Bônus	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Valor Mínimo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	R\$-0	R\$
Valor Máximo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	R\$339.000,00	R\$339.000,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas não fossem atingidas	N/A	N/A	R\$0	R\$
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social selecionado	N/A	N/A	R\$368.068,56	R\$368.068,56
Em relação à participação no resultado	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Valor Mínimo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	R\$344.650,00	R\$344.650,00
Valor Máximo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	R\$1.016.999,99	R\$1.016.999,99
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas não fossem atingidas	N/A	N/A	R\$344.650,00	R\$344.650,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social selecionado	N/A	N/A	R\$1.104.205,71	R\$1.104.205,71

Exercício Social: 31/12/2023

Órgão da Administração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros	8	3	6	17
Nº de Membros Remunerados	8	3	6	17
*Esclarecimentos				
Em relação ao Bônus	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Valor Mínimo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	R\$-0	R\$-0
Valor Máximo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	R\$281.595,90	R\$281.595,90
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas não fossem atingidas	N/A	N/A	R\$-0	R\$-0



Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social selecionado	R\$	R\$	R\$281.595,90	R\$281.595,90
Em relação à participação no resultado	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Valor Mínimo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	R\$286.289,16	R\$286.289,16
Valor Máximo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	R\$844.787,72	R\$ 844.787,72
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas não fossem atingidas	N/A	N/A	R\$286.289,16	R\$286.289,16
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social selecionado	N/A	N/A	R\$ 844.787,72	R\$844.787,72

*os valores referentes ao ano 2023 já foram calculados com base na nova metodologia, constante da Política de Remuneração atualmente vigente e em conformidade com a Resolução 3.921/2010.

Exercício Social: 31/12/2022				
Órgão da Administração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros	8	3	6	17
Nº de Membros Remunerados	8	3	6	17
Em relação ao Bônus	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Valor Mínimo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	60% de 0,1 sobre o lucro líquido	N/A
Valor Máximo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	0,1 sobre o lucro líquido	N/A
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas não fossem atingidas	N/A	N/A	0,1 sobre o lucro líquido	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social selecionado	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Valor Mínimo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	0,1% sobre o lucro líquido	N/A
Valor Máximo Previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	0,3% sobre o lucro líquido	N/A
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas não fossem atingidas	N/A	N/A	0,3% sobre o lucro líquido	N/A



Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social selecionado	N/A	N/A	290.654,62	290.654,62
--	-----	-----	------------	------------

* Considerando que o cálculo da remuneração variável está diretamente atrelado aos resultados do desempenho dos administradores, das unidades de negócio e da Instituição, em razão das intempéries relacionadas a finalização do Balanço do Banco, relativo ao ano de 2022, não foi aplicada a metodologia vigente para apuração da participação no resultado sendo utilizada, por conseguinte, a metodologia anterior.

** Não foi pago o Bônus em 2022 em razão da decisão do Conselho de Administração de que a metodologia de desempenho dos administradores, aprovada em 2021, seja utilizada a partir do exercício 2023.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. Termos e condições gerais
- b. Data de aprovação e órgão responsável
- c. Número máximo de ações abrangidas
- d. Número máximo de opções a serem outorgadas
- e. Condições de aquisição de ações
- f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício
- h. Forma de liquidação
- i. Restrições à transferência das ações
- j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Conforme metodologia aprovada, o pagamento da remuneração variável deve ser realizado por meio de Instrumentos baseados em ações de acordo com a seguinte metodologia: divisão de 50% do montante da Remuneração Variável, pelo valor nominal das ações do Banco, após a apuração dos resultados.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:



Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. Número total de membros
- c. Número de membros remunerados
- d. Data de outorga
- e. Quantidade de opções outorgadas
- f. Prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. Prazo máximo para exercício das opções
- h. Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. Valor justo das opções na data da outorga
- j. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não aplicável ao Banco, pois não há remuneração em opções para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. Número total de membros
- c. Número de membros remunerados
- d. Em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social

e. Em relação às opções exercíveis

- i. quantidade**
- ii. prazo máximo para exercício das opções**
- iii. prazo de restrição à transferência das ações**
- iv. preço médio ponderado de exercício**
- v. valor justo das opções no último dia do exercício social**

f. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável ao Banco, pois não há remuneração em opções para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão**
- b. Número total de membros**
- c. Número de membros remunerados**
- d. Número de ações**
- e. Preço médio ponderado de exercício**
- f. Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**
- g. Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**

Não aplicável ao Banco, pois não há remuneração em opções para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão**
- b. Número total de membros**
- c. Número de membros remunerados**

d. Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não aplicável ao Banco, pois não há remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. Número total de membros
- c. Número de membros remunerados
- d. Data de outorga
- e. Quantidade de ações outorgadas
- f. Prazo máximo para entrega das ações
- g. Prazo de restrição à transferência das ações
- h. Valor justo das ações na data da outorga
- i. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não aplicável ao Banco, pois não há remuneração mediante outorga de ações.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício Social: 31/12/2024				
Órgão da Administração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de Membros Remunerados	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
* Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A
	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A
Multiplicação total das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício Social: 31/12/2023				
Órgão da Administração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de Membros Remunerados*	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
* Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A
	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A
Multiplicação total das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício Social: 31/12/2022				
Órgão da Administração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de Membros Remunerados	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
* Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	N/A
	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A
Multiplicação total das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. Modelo de precificação
- b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

- d. **Forma de determinação da volatilidade esperada e, se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**
- e. **Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

A Remuneração variável será paga através de Instrumentos baseados em ações, conforme o seguinte cálculo: divisão de 50% do montante auferido da Remuneração Variável, pelo valor nominal das ações do Banco, após a apuração dos resultados.

A quantidade de instrumentos baseados em ações será diferida para pagamento em 3 anos e nos períodos do diferimento, os pagamentos serão realizados em espécie, cujo valor será apurado multiplicando-se o total de instrumentos baseados em ações pelo valor nominal das ações atualizado no período.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Órgão	Ações Ordinárias
Conselho da Administração	10
Conselho Fiscal	0
Diretoria estatutária	6

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

O Banpará mantém Plano de Previdência Privada junto ao ICATUFMP – ICATU Fundo Multipatrocinado para os Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração oriundos de seu quadro permanente de empregados, entretanto, não oferece o benefício para Diretores e/ou membros do Conselho de Administração que não fazem parte de seu quadro efetivo de pessoal.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	O Conselho de Administração do Banpará é composto de 08 (oito) membros titulares. Dos quais 06 (seis) membros pertencem ao quadro efetivo de empregados e participantes do Plano de Previdência Privada – Prev-Renda e, 02 (dois) conselheiros são membro da Diretoria Executiva (diretores/empregados);	A Diretoria Estatutária é composta de 06 (seis) diretores, dos quais 06 (seis) são diretores /empregados do Banpará, e 05 (cinco) participantes do Plano de Previdência Privada– Prev-Renda;
Nº de membros remunerados	Todos os membros do conselho de administração e diretoria estatutária recebem remuneração.	
Nome do Plano	PREV-RENDA - é o plano de previdência complementar, na modalidade CD (Contribuição Definida), oferecido e patrocinado pelo Banpará a seus empregados que, a partir de 28/02/2020 passou a ser administrado pelo ICATUFMP – ICATU Fundo Multipatrocinado.	
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	Do Conselho de Administração, oriundos do quadro permanente de empregados do Banco, 04 (Quatro) apresentam condições para se aposentar.	Dos Diretores Estatutários, oriundos do quadro permanente de empregados do Banco, 01 (um) apresenta condições para se aposentar.
Condições para se aposentar antecipadamente	O participante ativo do Plano PREV-RENDA é elegível a uma Aposentadoria quando preencher, concomitantemente, as seguintes condições: 1- Ter rompido o vínculo empregatício com o Patrocinador Banpará; 2- Ser elegível a aposentadoria pela Nova Previdência Social (regra atual), a progressividade e os pontos necessários para obter a aposentadoria de acordo com a expectativa de vida e tempo de contribuição dos brasileiros. 3- 10 (dez) anos de vinculação ao Plano PREV-RENDA; 4 -15 (quinze) anos de vinculação ininterrupta ao Patrocinador Banpará.	

<p>Valor atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores</p>	<p>R\$ 2.541.636,97 (Dois milhões, quinhentos e quarenta e um mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa e sete centavos)</p>	<p>R\$ 872.258,67 (Oitocentos e setenta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e sessenta e sete centavos).</p>
<p>Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</p>	<p>R\$ 100.451,99 (cem mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e noventa e nove)</p>	<p>R\$ 35.623,75 (Trinta e cinco mil, seiscentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos).</p>
<p>Possibilidade de resgate antecipado e condições</p>	<p>O participante estará habilitado a receber o valor correspondente ao Resgate das Contribuições quando preencher as seguintes condições:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Ter rompido o vínculo empregatício com o Banpará; 2- Não esteja em gozo de qualquer benefício previsto no regulamento do PREV-RENDA; 3- Não tenha optado pelo Autopatrocício; 4- Não tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido; 5- Não tenha optado pela Portabilidade. <p>Pagamento único, por ocasião do desligamento que compreende o saldo acumulado das contribuições feitas diretamente pelos administradores e pelo patrocinador;</p> <ol style="list-style-type: none"> 6- Em 180 ou 220 meses em parcelas consecutivas; ou em percentuais de 1% a 3% até exaurir o fundo de cotas. 	<p>O participante estará habilitado a receber o valor correspondente ao Resgate das Contribuições quando preencher as seguintes condições:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Ter rompido o vínculo empregatício com o Banpará; 2- Não esteja em gozo de qualquer benefício previsto no regulamento do PREV-RENDA; 3- Não tenha optado pelo Autopatrocício; 4- Não tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido; 5- Não tenha optado pela Portabilidade. <p>Pagamento único, por ocasião do desligamento que compreende o saldo acumulado das contribuições feitas diretamente pelos administradores e pelo patrocinador;</p> <ol style="list-style-type: none"> 6- Em 180 ou 220 meses em parcelas consecutivas; ou em percentuais de 1% a 3% até exaurir o fundo de cotas.



8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Exercício Social: 31/12/2024				
Órgão da Administração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros	8	3	6	17
Nº de Membros Remunerados	8	3	6	17
* Esclarecimento				
Remuneração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Valor da maior remuneração	R\$90.178,20	R\$90.178,20	R\$640.122,44	R\$820.478,84
Valor da menor remuneração	R\$40.830,69	R\$40.830,69	R\$527.239,40	R\$608.900,78
Valor médio da remuneração	R\$77.841,32	R\$65.504,45	R\$568.529,92	R\$711.875,69
Observação				

Exercício Social: 31/12/2023				
Órgão da Administração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros	8	3	6	17
Nº de Membros Remunerados	8	3	6	17
* Esclarecimento				
Remuneração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Valor da maior remuneração	R\$109.172,64	R\$ 109.172,64	R\$ 776.941,50	R\$995.286,78
Valor da menor remuneração	R\$ 7.910,03	R\$ 44.732,80	R\$ 145.671,98	R\$198.314,81
Valor médio da remuneração	R\$ 87.573,20	R\$ 78.916,78	R\$ 451.632,81	R\$618.122,78
Observação				

Exercício Social: 31/12/2022				
Órgão da Administração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº Total de Membros	8	3	6	17
Nº de Membros Remunerados	8	3	6	17
* Esclarecimento				
Remuneração	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Valor da maior remuneração	R\$ 94.920,40	R\$ 94.920,40	R\$ 552.352,06	R\$742.192,86
Valor da menor remuneração	R\$ 15.820,07	R\$ 48.514,88	R\$ 121.294,31	R\$185.629,26
Valor médio da remuneração	R\$ 64.928,19	R\$ 92.266,71	R\$ 313.848,90	R\$471,043,80
Observação				

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

O Banco do Estado do Pará S/A, até o presente momento, não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estabeleçam a cobertura para pagamentos ou reembolsos de despesas suportadas pelos administradores.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

2023: 38,90%, em percentuais aproximados.

2024: 66%, em percentuais aproximados.

2025 (previsão): 66%, em percentuais aproximados.

Nota: percentuais dos valores totais de remuneração referentes ao Conselho Fiscal.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

O Banpará remunera seus membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Colegiada somente pela responsabilidade que ocupam no respectivo cargo.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da



diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

No que concerne ao pagamento da remuneração dos Administradores do Banco (Conselho de Administração e Diretoria) e do Conselho Fiscal, não há valores que sejam reconhecidos no resultado do acionista controlador. Igualmente, inexistem sociedades sob controle comum ou mesmo controladas pelo Banco. O Banco do Estado do Pará S/A é o único responsável pelo pagamento integral da remuneração dos seus administradores.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações julgadas relevantes foram informadas nos itens anteriores



ANEXO I – PEDIDO DE PROCURAÇÃO

1. Informar o nome da companhia
2. Informar as matérias para as quais a procuração está sendo solicitada
3. Identificar as pessoas naturais ou jurídicas que promoveram, organizaram ou custearam o pedido de procuração, ainda que parcialmente, informando:
 - a) Nome e endereço;
 - b) Desde quando é acionista da companhia;
 - c) Número e percentual de ações de cada espécie e classe de sua titularidade;
 - d) Número de ações tomadas em empréstimo;
 - e) Exposição total em derivativos referenciados em ações da companhia;
 - f) Relações de natureza societária, empresarial ou familiar existentes ou mantidas nos últimos 3 anos com a companhia ou com partes relacionadas à companhia, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto;
4. Informar se qualquer das pessoas mencionadas no item 3, bem como qualquer de seus controladores, controladas, sociedades sob controle comum ou coligadas tem interesse especial na aprovação das matérias para as quais a procuração está sendo solicitada, descrevendo detalhadamente a natureza e extensão do interesse em questão
5. Informar o custo estimado do pedido de procuração
6. Informar se (a) a companhia custeou o pedido de procuração ou (b) se seus autores buscarão ressarcimento de custos junto à companhia
7. Informar:
 - a) O endereço para o qual a procuração deve ser remetida depois de assinada;
ou
 - b) Caso a companhia aceite procurações por meio de sistema na rede mundial de computadores, as instruções para a outorga da procuração.